
Das rádios livres às rádios comunitárias: aspectos históricos

Carlos Roberto Praxedes dos Santos

Jornalista

Professor no Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação em Linguagem da Universidade

Tuiuti do Paraná

Mestre em Gestão de Políticas Públicas UNIVALI

Resumo

O trabalho relata a história da radiodifusão livre no mundo e no Brasil, bem como traça a trajetória das rádios livres até a regulamentação das rádios comunitárias no Brasil e, particularmente, na cidade de Itajaí, em Santa Catarina. A importância das rádios livres em momentos cruciais da história de países como a Itália, a França e a Bolívia, assim como as primeiras experiências com rádio livre em um Brasil marcado pela ditadura militar da década de 1970 e início da década de 1980 também são apresentadas aqui. Importantes para a manutenção da democracia em determinados momentos da história, as rádios livres forneceram subsídios para a implantação da legislação das rádios comunitárias, em 1998. As comunitárias se proliferaram pelo País, assim como no município de Itajaí, onde duas emissoras comunitárias surgiram, praticamente na mesma época, com ideologias diferentes.

Palavras-chave: Rádios livres. Rádios comunitárias. História. Itajaí.

1 Introdução

Desde que foram regulamentadas por meio da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, as rádios comunitárias brasileiras apresentaram uma verdadeira explosão no número de licenças por parte do Ministério das Comunicações. Até dezembro de 2012, existiam 9,4 mil rádios no Brasil. Destas, 4.421 outorgas de rádios comunitárias, número superior às 2.664 rádios em frequência modulada comerciais, 469 rádios educativas, bem como 1.785 em amplitude modulada (CRAIDE, 2013).

As emissoras comunitárias foram a alternativa do Governo como forma de conter a disseminação de rádios livres, isto é, aquelas que entram no ar sem concessão, na ilegalidade. Para obter a autorização de funcionamento, é preciso constituir uma associação sem fins lucrativos. A rádio comunitária não pode transmitir comerciais, apenas custear a manutenção da emissora através de apoios

culturais de empresas existentes dentro da área de abrangência da rádio. Ao contrário das emissoras educativas e comerciais, a rádio comunitária só pode operar com 25 watts de potência e sua antena não pode ter mais que 30 metros de altura. A intenção é que a atuação da rádio seja limitada a apenas uma determinada comunidade. Outros aspectos diferem as rádios comerciais e as comunitárias. Estas últimas não podem formar rede, precisam operar com programação própria e não podem vender espaço para terceiros dentro da sua grade de programação. O grande objetivo é prestar serviço à comunidade abrangida pelo sinal da rádio, que pode variar de apenas um bairro, no caso de cidades grandes, ou chegar a atingir todo um município de pequeno porte, caso não haja impedimentos geográficos para isso.

Em um País marcado pela desigualdade social e pela concentração de mídia, torna-se fundamental recorrer aos aspectos históricos na tentativa de compreender o presente, principalmente em se tratando das rádios comunitárias brasileiras. Por isso, este trabalho descreve o caminho percorrido da radiodifusão livre até a regulamentação dos canais comunitários. Num segundo momento, relata como se deu o surgimento das rádios comunitárias existentes na cidade de Itajaí, em Santa Catarina.

2 Aspectos Históricos

Embora o Ministério das Comunicações discipline a existência de três tipos de emissoras de rádio: comerciais, cujo objetivo principal é a obtenção de lucro por meio das ondas eletromagnéticas; educativas, criadas principalmente para disseminar cultura nas ondas do rádio; e comunitárias, destinadas a servir uma pequena comunidade com programação produzida pelos próprios moradores daquele grupo social, ainda há quem desafie o poder estatal e coloque no ar emissoras sem autorização de funcionamento. Algumas fundações criadas com a finalidade de explorar um canal de rádio comunitária solicitam a abertura do canal e, com a demora do Ministério em liberar a licença de funcionamento, entram no ar sem o documento. Outros grupos, no entanto, continuam desafiando o poder estatal e abrem as emissoras mesmo sem o processo de solicitação de canal. São representantes das chamadas rádios livres, que se colocam sob risco de fiscalização da ANATEL, podendo ser detidos pela Polícia Federal, por desafiar a legislação. Por outro lado, tais emissoras são chamadas de clandestinas ou piratas por proprietários de rádios comerciais que não admitem a concorrência, segundo eles, desleal.

As verdadeiras “piratas”, porém, de acordo com Machado *et al.*, (1987, p.60) eram aquelas que emitiam

sinais de rádio diretamente de barcos na costa de países europeus onde a publicidade era proibida nas emissoras estatais – as únicas existentes até então. Como os transmissores ficavam situados dentro de barcos, e estes estampavam bandeiras, acabavam lembrando os antigos navios piratas. Daí o surgimento deste rótulo. Uma das mais famosas foi a Rádio Caroline, batizada em homenagem à filha de John Kennedy. Essas emissoras “bombardeavam” os países onde os produtos das multinacionais norte-americanas (*Ford*, por exemplo) não podiam ser divulgados nos meios de comunicação sob dominação do aparato governamental, a exemplo da Inglaterra. “A primeira pirata a ir para o ar – a Merkur – estreou em julho de 1958 e um mês depois já contava com verbas publicitárias de 150 mil dólares” (IBIDEM, p.60).

Portanto, as rádios piratas nada têm a ver com as emissoras livres surgidas pelo mundo a fora e em terra firme. As livres são, simplesmente, as emissoras de rádio que operam sem autorização do poder concedente. Também em nada se igualam às chamadas rádios periféricas, ou seja, aquelas emissoras instaladas em um país com programação direcionada a outros países como forma de disseminação de propaganda ideológica. “[...] rádios periféricas não são ‘piratas’ no mesmo sentido inglês. Teoricamente, elas emitem do exterior, não estando portanto subordinadas à

lei do monopólio” (MACHADO *et al*, p.61). Entre os exemplos de emissoras periféricas estão a Rádio-Tele-Luxemburgo e a Sud-Radio (voltadas ao público francês) e as rádios Montecarlo e Capo d’Istria (ao italiano). Exemplos clássicos de batalhas sonoras ideológicas desempenhadas principalmente por países como Estados Unidos, União Soviética, Alemanha e Inglaterra ocorreram em várias oportunidades, a exemplo da Segunda Guerra Mundial.

As emissoras norte-americanas FreeEurope, Liberty e Voice of América, a Rádio Central de Moscou, a Deutsche Welle da Alemanha Ocidental, além da própria BBC britânica, bombardearam os seus adversários políticos com emissões diárias em ondas curtas, seguindo o exemplo de Goebbels na Alemanha nazista (IBIDEM, p.61-62).

“Presume-se que a primeira rádio livre tenha sido uma emissora sindical que, em 1925, foi ao ar na Áustria” (PERUZZO, 1998a, p.241). No mesmo ano ainda aparece a União das Rádios Operárias dos Países Baixos e, em Chicago, nos Estados Unidos, “a Federação do Trabalho explora uma estação radiofônica” (MACHADO *et al*, 1987, p.150). A primeira rádio livre norte-americana foi a WUMS, no Estado de Ohio, que ficou no ar por mais de cinquenta anos. Esta e outras que se seguiram também desafiaram a legislação norte-americana de radiodifusão

(MELIANI, 1995). Por vários países da Europa e da América Latina rádios livres apareceram em contextos diferenciados. Na Espanha, por exemplo, a Rádio Espanha Independente surgiu em 1941 e enfrentou a ditadura franquista durante trinta anos. De acordo com Meliani (1995), as rádios livres espanholas foram importantes para o processo de redemocratização do país.

Em 1969, entra no ar a Rádio Campus, de Lille, na França. Naquele país, essas emissoras livres serviram, segundo Marisa Meliani (1995), “sob propostas de renovação política, num resgate da perspectiva revolucionária herdada de 68” e como alternativa ao monopólio da *Office de Radiodiffusion - Télévision Française* (ORTF). Na Itália, em 1974, surge a Rádio Bolonha e, em 1976, também em Bolonha, a mais famosa das italianas, a Rádio Alice (PERUZZO, 1998a, p.241-242). De origem comunista, esta emissora atuava contra a repressão mantida pela polícia aos estudantes. As livres italianas eram alternativas ao monopólio mantido pela Rádio e Televisão Italiana (RAI).

No continente latino-americano as rádios livres estiveram nas mãos de sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, além de atuar em períodos de guerra. Várias sofreram repressões, como a Rádio Sucre, na Bolívia, em 1952, que saiu do ar já em 1953, segundo Machado *et al.* (1987, p.101). Outra emissora

boliviana com grande destaque foi a Pio XII, criada em 1959 pela Missão Oblata de Maria Imaculada em Siglo XX por padres canadenses. Diferente das rádios sindicais existentes até então, a emissora chegou a ser dinamitada várias vezes por militantes sindicais porque representava ameaça às organizações operárias. “Razões não faltavam para isso: a rádio da Missão Oblata defendia fortemente o COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia), uma espécie de sindicato patronal...” (IBIDEM, p.105). Anos mais tarde, após massacres de mineiros bolivianos, a rádio muda de lado e é acusada pelo governo de “comunista”, assumindo a defesa dos trabalhadores. As rádios mineiras pararam de transmitir quando foram destruídas por tropas do exército. Cinco das treze emissoras que foram fechadas voltaram a transmitir em 1980. Em 1984 foi instituída uma Cadeia de Rádios Sindicais, dirigida pela Central Operária Bolívia (PERUZZO, 1998, p.198).

Questões relativas às guerrilhas nacionais também desencadearam a criação de rádios livres na América Latina. A Rádio Rebelde foi idealizada por Che Guevara entre 1958 e 1959. “Essa rádio funcionou como instrumento de combate e uma arma político-militar de eficiência comprovada [...] A emissora foi o principal elo entre o quartel-general e as várias frentes guerrilheiras” (MACHADO *et al.*, 1987, p.96). Através da emissora cubana a população tinha acesso

a informações diferenciadas daquelas lançadas pelo governo de Batista.

De acordo com Peruzzo (1998, p.217), a Revolução Sandinista, na Nicarágua, tentou acabar com a tirania econômica, política e ideológica de uma verdadeira dinastia atrelada aos interesses norte-americanos na América Central. A Rádio Sandino surgiu de forma livre em 1978 e de caráter opositor à Rádio A Voz da Nicarágua, emissora oficial do Estado sandinista.

Cumpre-se ressaltar que a eficiência dos movimentos populares latino americanos pela democratização dos meios de comunicação pouco produziu de efeito nas décadas que se seguiram.

A riqueza da contra-informação produzida pelos diferentes meios alternativos nas décadas 70 e 80 contribuiu para a resistência às ditaduras e para a democratização na América Latina, mas não teve impacto de longo prazo, a ponto de hoje não haver políticas públicas vigorosas de comunicação na maioria dos países latino-americanos (SILVA, 2007, p.48).

2.1 As rádios livres no Brasil

A radiodifusão livre brasileira iniciou, segundo Meliani (1995), lado a lado com as rádios tradicionais. Já em 1931, o publicitário Rodolfo Lima Martensen colocou no ar uma rádio não autorizada no município de Rio Grande de São Pedro, no Rio Grande do

Sul. A Rádio Cultura AM de São Paulo, segundo a pesquisadora, também entrou no ar sem autorização em 1933. Porém, essas emissoras nada têm a ver com o movimento das rádios livres despertado na década de 1970, mas que teria alcance nacional somente na década de 1980. Em 1971, no auge da ditadura, surge a Rádio Paranóica, em Vitória, no Espírito Santo, considerada a primeira emissora livre do Brasil. Um jovem de 16 anos, Eduardo Luiz Ferreira Silva, estudante de eletrônica, foi o responsável pela empreitada que custou caro à família. Seu pai foi preso por três dias e punido com violência pela polícia. A alegação era de que eles mantinham ligações com grupos políticos contrários ao regime militar (MELIANI, 1995).

Foi no verão de 1982 que explodiu o maior movimento de rádios livres da história brasileira, na cidade de Sorocaba, em São Paulo, onde chegaram a existir 42 emissoras clandestinas de FM (ORTRIWANO, 1985, p.35). A primeira emissora livre da cidade, porém, teria sido a Spectro, já em 1976 (PERUZZO, 1998, p.244). O movimento teve proporção tal que até mesmo uma emissora de televisão sem concessão foi colocada no ar na cidade de Sorocaba (MACHADO *et al.*, 1987, p.148).

Na capital paulista, várias emissoras livres surgiram a partir da década de 1980 com nomes curiosos: Rádio Totó, Rádio Ternura, Rádio Xilik, Rádio Trip, Rádio

Livre-Gravidade. A primeira paulistana foi a Rádio Xilik, em julho de 1985 (IBIDEM, p.153). A maior parte dessas emissoras era mantida por jovens que reivindicavam a tão sonhada liberdade de expressão, mas mantinham-se na clandestinidade com medo da repressão policial. Outros movimentos populares, no entanto, começaram a reivindicar emissoras de rádio. É o caso do Sindicato dos Bancários de São Paulo que estreou a Rádio Teresa em 1985, com 120 watts de potência (PERUZZO, 1998, p.250). Graça Caldas citada por Lahni (1999, p.11) afirma que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo também colocou no ar, por três meses, entre 1991 e 1992, uma rádio livre. Isso ocorreu devido à demora na avaliação do pedido de concessão feito pelo sindicado ao Ministério das Comunicações.

Outras emissoras livres entraram para a história num país marcado pela ditadura militar e pela concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Em 1978 surge a Rádio Globo de Criciúma, Santa Catarina, alusão irônica ao poderoso grupo de mídia brasileiro (PERUZZO, 1998, p.246). Em 1988, em São Paulo, um grupo que já havia criado um espaço para manifestações culturais chamado “Casa de Cultura Reversão” coloca a Rádio Reversão FM 106.7mHz no ar. Os transmissores foram fabricados pelo próprio grupo e alcançavam um raio de cinco

quilômetros (MELIANI, 1995). Poesia, música, num espaço oferecido para artistas da Vila Ré, em São Paulo. A emissora foi fechada pela polícia em abril de 1991. O fundador, Leo Tomaz, foi preso e indiciado no artigo 70 do Código Brasileiro de Comunicações. Em Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo, a Rádio Patrulha foi ao ar para dar voz desde as empregadas domésticas até os “trombadinhas” (PERUZZO, 1998, p.251).

Em 1990, a população da localidade de Queimados, no Rio de Janeiro, se mobiliza e coloca no ar a Rádio Novos Rumos, 107.7mHz, com vinte quilômetros de alcance. Os altos índices de criminalidade na Baixada Fluminense, onde ficava a emissora, foram determinantes para uma chamada à comunidade no sentido de mobilização popular. Nesta rádio havia espaço para programas de igrejas próximas. Um ano depois a rádio é lacrada pela polícia (MELIANI, 1995). Por insistência da comunidade local a rádio é reativada algum tempo depois.

A Rádio Livre Paulicéia entrou no ar em 1990, em Piracicaba, São Paulo. Um transmissor instalado dentro de um centro comunitário funcionava na frequência 98.1mHz com programação que chegou a atingir rapidamente toda a cidade. “A Paulicéia é organizada de forma totalmente autogestionária. Não tem dono e se mantém aberta a todos os moradores, sem qualquer restrição” (MELIANI, 1995). Segundo

Marisa Meliani, a Paulicéia, assim como a Novos Rumos e a Reversão não podiam ser consideradas clandestinas porque forneciam telefone e endereço no ar. Depois de chegar à vice-liderança no IBOPE, a emissora foi violentamente lacrada por duas viaturas do GARRA (Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos).

É na década de 1990 que ocorre um descontrole por parte do Ministério das Comunicações com relação às rádios livres, disseminadas por várias partes do Brasil. Grupos organizados resolveram colocar em prática o que dispõe o Artigo 220 da Constituição Brasileira de 1988: “[...] manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”, e o Artigo 5º que assegura: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (PERUZZO, 1998b).

De acordo com Peruzzo (1998b, p.2), esses grupos também foram amparados pelo Pacto de San José da Costa Rica, celebrado por ocasião da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969. O documento destaca que o exercício de liberdade de pensamento e expressão...

[...] não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidade ulteriores, que devem ser expressamente

fixadas em lei [...] não se pode restringir o direito de liberdade de expressão por vias e meios indiretos, tais como abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequência radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões (PERUZZO, 1998b, p.2).

Por conta disso, rádios de baixa potência e sem autorização do Ministério das Comunicações começaram a operar em vários pontos do Brasil, embora o movimento tenha encontrado maior resistência no Sul do país. O descontentamento com o sistema concentrador de canais de rádio e televisão foi fundamental para as conversações em torno da regulamentação das rádios comunitárias. “É neste contexto que proliferaram, nos anos 90, as rádios comunitárias, cuja raiz está nas chamadas rádios livres dos anos 80. São um signo das novas lutas pela democratização da comunicação: democratizar os meios como forma de contribuir para democratizar a sociedade” (SILVA, 2008, p.49).

No dia 10 de abril de 1995 o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu representantes de rádios livres e reconheceu a existência de milhares de emissoras de baixa potência, assumindo o compromisso de regulamentar seu funcionamento (PERUZZO, 1998b, p.5).

Foi em novembro de 1995 que se institucionalizou o termo “rádio comunitária”, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural. Elas encaixam-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência (PERUZZO, 1998a, p.252).

Em 19 de fevereiro de 1998, entra em vigor a lei 9.612 que regulamenta o serviço de Radiodifusão Comunitária intitulado RADCOM. Em 2002, segundo Cláudia Lahni, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão já indicava o funcionamento de dez mil rádios livres e comunitárias. Já o Fórum Democracia na Comunicação apontava o funcionamento de cerca de sete mil emissoras (LAHNI, 2002, p.62).

Se a regulamentação pelo Ministério das Comunicações seria o primeiro passo para a liberdade tão sonhada pelas emissoras livres, parece que isso acabou não bastando. Ao mesmo tempo, havia pressão do oligopólio privado no sentido de impedir, desestimular ou proibir a formação de rádios comunitárias e de meios de comunicação alternativos (ARBEX JR., 2003, p.389).

As comunitárias têm pequeno alcance e só podem operar em uma frequência pré-determinada em todo o Brasil, com potência de 25 watts, atingindo poucos

bairros de uma cidade de porte médio. Mesmo assim, se houver algum conflito de sinal entre emissoras diferentes no espectro eletromagnético¹, o Ministério das Comunicações poderia conceder um outro canal para as comunitárias.

Sob o pretexto de que as rádios comunitárias ou as anteriormente denominadas rádios livres atrapalhariam as aeronaves, que a emissão de sinais radiofônicos poderia causar acidentes aéreos, Ferraretto (2001a) cita trecho do boletim *No ar*, editado pela Associação Brasileira de Rádio Comunitária (ABRACO), no qual os defensores das emissoras livres apresentam as afirmações de João de Ataliba Nogueira, engenheiro de instrumentos da Varig:

[...] nenhum tipo de radiofrequência adentra através da fuselagem das aeronaves comerciais modernas, pois elas são construídas para suportar todo tipo de intempérie ou interferência que possa prejudicar a segurança de nossos passageiros.

[...] Nossas aeronaves são testadas em todas as condições adversas, antes mesmo da primeira decolagem e nas demais revisões de rotina, pois qualquer avião sobrevoa os quatro cantos do planeta, em lugares com as mais diversas atividades de rádio possíveis (FERRARETTO, 2001a, p.187).

Com tal desculpa, várias emissoras foram fechadas em todo o Brasil desde a década de 1970, quando

¹ Espectro eletromagnético é “a faixa total de frequências empregadas em radiocomunicação, entre oito e aproximadamente 300 Gigahertz” (DE MARCO, 1991, p.44).

o movimento de rádios livres teve início no país. O Código Brasileiro de Telecomunicações previa “pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro” para quem desrespeitasse a legislação e colocasse uma rádio livre no ar.

Por outro lado, as comunitárias pertencem a entidades criadas, em alguns casos, apenas para fazer jus à legislação e atender às exigências do Ministério das Comunicações. Essas entidades são associações ou fundações responsáveis pelas rádios comunitárias. Em alguns casos, tais associações recebem designações do tipo “obras assistenciais”.

[...] A lei aprovada está repleta de problemas. Os grupos de comunicação conseguiram impor uma série de restrições técnicas e burocráticas ao serviço de radiodifusão comunitária. Hoje, há pelo menos cinco mil pedidos de regularização na fila; as concessões são dadas em ritmo deliberadamente lento, sendo óbvio que as comunidades solicitantes não dispõem de recursos para pagar advogados e fazer lobby. E não podem funcionar sem autorização, sob pena de ter seu material apreendido (ARBEX JR., 2003, p.389-390).

A legislação brasileira garante o direito de funcionamento, mas o próprio Ministério das Comunicações não é claro o suficiente, no sentido de disciplinar o conteúdo dos programas existentes atualmente nas comunitárias. Disciplinar aqui não deve ser entendido como controlar, vigiar, mas sim,

no sentido de garantir que a programação das rádios comunitárias não sirva somente aos interesses de grupos religiosos ou político-corporativos.

2.2 As rádios comunitárias de Itajaí

A cidade de Itajaí, localizada no Litoral Norte de Santa Catarina, já apresentava a chamada rádio corneta, no início da década de 1940. A prática consistia na colocação de caixas de som em postes para irradiação de informações, uma forma de rádio livre operada por radialistas precursores da Rádio Difusora AM, emissora mais antiga da cidade e terceira em Santa Catarina. Por alguns anos a rádio não dispunha de transmissores e antena, mas lançava programação através do serviço de alto-falantes instalados na rua Hercílio Luz, principal via comercial de Itajaí. Na vizinha cidade de Navegantes, a praia de Gravatá foi palco de outra empreitada radiofônica no estilo rádio corneta, em plena década de 1990. Batizado de “Rádio Beach”, o serviço de utilidade pública era especializado em achados e perdidos, divulgação das condições do mar para os surfistas e tinha um alcance de 600 metros (SOUZA; TRAMONTE, 1997, p.83).

Foi também na década de 1990 que o fenômeno da radiodifusão livre ganhou força na região de Itajaí. Incentivado pelo movimento de rádios livres iniciado

em todo o Brasil, o padre Alvino Broering, então pároco da Igreja Matriz de Navegantes, liderou a implantação de algumas rádios comunitárias no estado de Santa Catarina. Até sua morte, em 2009, Broering foi o responsável pelo setor de rádios comunitárias da Arquidiocese de Florianópolis. Auxiliou na implantação, inclusive, de emissoras que não tinham ligações com a igreja católica. Era estudioso da legislação e dos procedimentos técnicos para implantação das rádios comunitárias. Chegou a ser vice-presidente da Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (ANARC), entidade com sede no interior do estado de São Paulo.

Broering foi o pioneiro na implantação de uma emissora livre, ou seja, sem autorização de funcionamento, quando colocou no ar a Rádio Maristela FM, em Navegantes, emissora ligada à Igreja Matriz da cidade, onde trabalhava na época. A atitude ousada do padre ocorreu em 1997 e durou cerca de três meses até que a ANATEL apreendeu todos os equipamentos e retirou a rádio do ar. Por todo o Brasil atitudes similares estavam sendo promovidas por segmentos da sociedade cansados de esperar pela regulamentação de emissoras de rádio destinadas a atender a comunidade. Durante muitos anos, o próprio padre pleiteou o direito de funcionamento de

rádios comunitárias sem o aval de uma lei específica. Liminares pelo Brasil deram ganho de causa a várias entidades. Em alguns lugares, quando a ANATEL fechava arbitrariamente as emissoras, a justiça mandava que os próprios técnicos da ANATEL subissem nas torres das igrejas e religassem os transmissores. Em Santa Catarina, porém, nenhuma liminar foi autorizada pela justiça para operação de rádios comunitárias. Broering atribuía o fato ao poderio de grupos políticos e econômicos como a RBS. Anos mais tarde, o padre iria inaugurar a primeira rádio comunitária de Itajaí, a Rádio Conceição FM.

Depois da Maristela FM, várias iniciativas livres foram ao ar na região de Itajaí. Atualmente existem pelo menos quatro emissoras em situação irregular operando nas cidades de Itajaí e Navegantes. Por enquanto elas são livres, não possuem autorização de funcionamento. O que impressiona é que nenhuma permanece na clandestinidade, ou seja, informam telefone, endereço, não se escondem mesmo com a possibilidade de repressão policial.

2.3 As rádios comunitárias de Itajaí

A Rádio Conceição FM, ZYD 777, canal 290, 105.9mHz, foi a primeira emissora comunitária

2 Informações sobre o início da Rádio Conceição foram obtidas por meio de entrevista realizada com o padre Alvino Broering, ainda em 2004.

de Itajaí². O projeto de instalação da rádio estava em Brasília havia um ano e meio e não obtinha resposta. Em virtude da demora do Ministério das Comunicações em julgar o processo, no dia 13 de junho de 2000 a emissora obteve liminar da justiça e conseguiu entrar no ar alguns dias depois. Três semanas após entrar no ar, a União recorreu da liminar e a emissora teve que sair do ar por três dias. A alegação era de que a Rádio Conceição não havia apresentado os documentos nos prazos estabelecidos e não estaria há tanto tempo pleiteando um canal na cidade de Itajaí.

Representantes da emissora, como o padre Alvino Broering, na época pároco da Igreja Matriz de Itajaí, foram até Porto Alegre e apresentaram a documentação da rádio e cerca de 20 mil e 500 assinaturas colhidas em tempo recorde à Terceira Turma da Quarta Região do Tribunal Regional Federal. A relatora do processo liberou de imediato a emissora, que voltou ao ar. A licença definitiva de operação da rádio sairia apenas em 22 de março de 2004, segundo o Ministério das Comunicações. A emissora funcionou durante cerca de três anos nas instalações da Igreja Matriz e posteriormente os estúdios foram

transferidos para outro endereço no centro da cidade. A rádio é de origem católica, mantida por integrantes da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, vinculada à Arquidiocese de Florianópolis. Após a morte do padre Alvino Broering, em 2009, a rádio passou a ser dirigida pelo padre Sérgio José de Souza. Em março de 2013, o padre Marcio Alexandre Vignoli assumiu o comando da emissora³.

A segunda emissora comunitária a entrar no ar em Itajaí foi a Rádio Luz do Amanhã FM, ZYM 533, canal 290, por iniciativa de Maria Aparecida Cascaes, então diretora do Abrigo Luz do Amanhã⁴. Atualmente a emissora ocupa a frequência 98,3MHz, e é de inspiração evangélica. A emissora funciona no bairro Cordeiros, o mais populoso de Itajaí.

A licença provisória para a rádio sairia apenas em 12 de junho de 2002, segundo dados do Ministério das Comunicações, mas a Luz do Amanhã operava com liminar da justiça desde 12 de outubro de 2001. A licença definitiva saiu em agosto de 2004, segundo o Ministério das Comunicações.

A ideia de colocar uma rádio no ar surgiu exatamente como forma de auxiliar o Abrigo Luz do Amanhã, orfanato existente em Itajaí. Conseguir

3 Informações atuais sobre a Rádio Conceição foram obtidas por meio de entrevista com o coordenador de programação da emissora, Marcelo Weise, em 13 de novembro de 2013.

4 Informações sobre o início da Rádio Luz do Amanhã foram obtidas por meio de entrevista com a diretora da emissora, Maria Aparecida Cascaes, ainda em 2004.

recursos, chamar a atenção da comunidade para o trabalho desenvolvido no orfanato, conchamar as autoridades para os problemas diários da instituição. O Abrigo Luz do Amanhã é destaque por ter sido a segunda casa a atender crianças com o vírus HIV em Santa Catarina. Nestes quase dez anos com licença definitiva, a Rádio Luz do Amanhã mantém sua programação com orientação evangélica. Até 2010, não havia uma denominação religiosa claramente ligada à emissora. A partir daquele ano, a programação passou a ser produzida sob responsabilidade de integrantes da Igreja MEVAN (Missões Evangélicas Vindos Amados Meus) desde 2010. O coordenador de programação da rádio é Edson Lapa, ligado à igreja, mas a direção da emissora continua sendo de Maria Aparecida Cascaes⁵.

Conclusão

Constata-se que a explosão no número de rádios livres entre as décadas de 1970 e 1990, no Brasil, foi semelhante aos movimentos internacionais da mesma época, ainda que com finalidades diferentes. Importantes para a manutenção da democracia em países que viviam o auge da ditadura militar, nas guerras civis ou nas reivindicações dos trabalhadores, as rádios livres se tornaram ícones entre aqueles que não tinham voz. O levante das rádios livres foi determinante para a existência de uma legislação própria que garantisse o direito de expressão às comunidades menos favorecidas, por meio da radiodifusão, mesmo que, na prática, grupos econômicos também controlem canais comunitários, o que sugere uma distorção na legislação.

⁵ Informações atuais sobre a Rádio Luz do Amanhã foram concedidas por meio de entrevista com um dos coordenadores da emissora, Juliano Venturi, em 13 de novembro de 2013.

Referências

- ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. *Informação serviços de comunicação de massa*. 2013. Disponível em: < <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consulta/default.asp>> Acesso em 09 nov. 2013.
- ARBEX JR. José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis. (Org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 385-400.
- BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Serviço de Radiodifusão Comunitária. RADCOM. In: *ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/radiodifusao/FM_Comu/Default.asp?CodTopico=1850&CodArea=29&CodTemplate=478>. Acesso em: 09 nov. 2013.
- CRAIDE, Sabrina. *Rádio está presente em 88% das residências e número de emissoras dobra em 10 anos*. Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-13/radio-esta-presente-em-88-das-residencias-e-numero-de-emissoras-dobra-em-10-anos>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- DE MARCO, Benhur. *O Controle da Mídia: elites e a radiodifusão em Santa Catarina*. 1991. 140 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001a.
- LAHNI, Cláudia. Outras possibilidades para o rádio. *Comunicarte*. Campinas (SP): Centro da Linguagem e Comunicação / PUC, v.19, n.25, 2002, p.55-65.
- MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MELIANI, Marisa. *Rádios Livres: o outro lado da voz do Brasil*. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. Disponível em: <www.rbc.org.br/art.tesemarisa.htm> Acesso em: 09 nov. 2004.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998a.
- _____. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In: *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. 1998b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2005.
- SILVA, Terezinha. *Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um panorama do estado de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2008.
- SOUZA, Márcio Vieira de; TRAMONTE, Cristiana. (Orgs.) *Redes de Comunicação: experiências educativas e comunitárias na América Latina*. Paris: Fondation Charles Léopold Mayer Pour Le Progres de L'Homme; Florianópolis: Dialogo, 1997.